

Dossiê: Povos e Comunidades Tradicionais
(Carlos Guilherme Octaviano do Valle, Rodrigo de Azeredo Grunewald - Orgs.)

O COLONO MÚLTIPLO: TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E (RE)SIGNIFICAÇÃO DA IDENTIDADE CAMPONESA *

Giralda Seyferth

RESUMO

Este artigo aborda aspectos da formação camponesa ocorrida numa área de colonização estrangeira em Santa Catarina (o vale do Itajaí), povoada mais intensivamente por imigrantes a partir de 1850, ano da fundação do núcleo colonial de Blumenau. A análise contempla as representações e apropriações da categoria colono, conformada como identidade social aludida ao processo histórico de ocupação do território e à dicotomia clássica rural/urbana, só em parte associada a exploração familiar da terra e a ruralidade. Nesse caso, destaca-se principalmente o período histórico do povoamento e da emergência de núcleos urbanos (entre 1850 e 1914), fonte da simbólica que marca os discursos, inclusive atuais, sobre a colonização e seus pioneiros. **Palavras-chave:** Colonização; campesinato; identidade social.

THE MULTIPLE COLONIST: SOCIAL TRANSFORMATION AND THE SIGNIFICANCE OF PEASANT IDENTITY

ABSTRACT

The present article deals with aspects of peasantry formation occurring within an area of foreign colonization in Santa Catarina state (the Itajaí valley). This region began to be intensively colonized by immigrants after 1850, the year in which the Blumenau colonial nucleus was founded. The present analysis looks at representations and appropriations of the category colonist understood here as a social identity referring to the historical process of land occupation and the classic rural/urban dichotomy, but only partially associated with family farming and rurality. In the case under consideration I principally emphasize the historical period of settlement and the emergence of urban centers (1850-1914) as the sources of the symbolisms that characterize discourses regarding colonization and pioneers up to the present day.

Key words: Colonization, peasantry, social identity.

Giralda Seyferth. Doutora em Ciências Humanas (USP), professora do PPGAS – Museu Nacional – UFRJ. E-mail: gseyfert@gmail.com

*Trabalho apresentado no GT 23 – Transformações sociais, projetos políticos em concorrência na América Latina: Mundo Rural em questão, VIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010.

A fundação da colônia de São Leopoldo por imigrantes alemães em 1824 marcou o início da ocupação de terras no sul do Brasil por colonos europeus. A colonização interessava o governo imperial, que investiu na imigração subsidiada para instaurar um regime de exploração agrícola diverso da grande propriedade monocultora escravista. Motivações geopolíticas e econômicas conformaram essa forma de povoamento: por um lado, as guerras platinas apontavam à defesa do território e à questão da segurança das fronteiras internacionais, numa região de baixa densidade demográfica; por outro lado, a necessidade de abastecimento levou ao privilegiamento da concessão de pequenas parcelas de terra (o chamado “lote colonial”) para cultivo familiar no sistema de policultura. Dessa forma, a colonização européia não concorreu diretamente com a grande propriedade, pois foi implementada sobretudo nas chamadas “terras devolutas”, cuja definição legal aparece na Lei 601, a “Lei de Terras”, de 1850. Devolutas eram terras não possuídas por sesmeiros, ou por posseiros legítimos, portanto, pertenciam ao Estado que decidiu povoá-las com colonos europeus, coisa que explica a vinculação entre imigração e colonização ressaltada nas discussões sobre as políticas imigratórias e na própria legislação³.

A subordinação da imigração a essa forma de povoamento pode ser observada na própria sinonímia entre colono e imigrante, e persistiu também após 1889, explicitada na legislação. No ano de 1906, um dispositivo contido no artigo 35 da Lei 1.617 (que fixou a despesa geral da República para o ano de 1907) autorizou o Presidente a promover o povoamento do solo nacional, cujas bases regulamentares foram aprovadas pelo Decreto 6.455, de 19 de abril de 1907, incluindo a imigração e a colonização. Pouco depois, o Decreto 6.479, de 16 de maio de 1907, criou a Diretoria Geral do Serviço de Povoamento, encarregada dos

trabalhos concernentes à imigração e colonização, promovidos ou auxiliados pelo Governo Federal. Sem grandes modificações, um novo regulamento do Serviço de Povoamento surgiu em 1911, subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Nos 26 capítulos e 277 artigos do Decreto 9.081, de 03 de novembro de 1911, a introdução de imigrantes, a organização e localização de núcleos coloniais, e o funcionamento do Serviço, são minuciosamente prescritos. Nessa minúcia, interessa reter o significado de núcleo colonial — uma área demarcada através das linhas e seus “lotes rurais” destinados às famílias de imigrantes, com um lugar reservado ao futuro povoado. Essa definição do lote vinculada à presença de imigrantes, porém, não pode ser tomada ao pé-da-letra pois em 1911 abriu-se a possibilidade de localização de até 25% de famílias “nacionais” (isto é, brasileiras), já num contexto de discussão sobre a assimilação dos estrangeiros, tornada mais explícita a partir do Estado Novo, em 1937.

As breves referências ao modelo de colonização tem o objetivo de mostrar sua continuidade ao longo do tempo, baseado no acesso à terra por compra, conforme disposto na citada Lei 601 de 1850, em situação de frente pioneira, ou fronteira, configurando a pequena propriedade familiar onde o colono devia (por lei) residir e produzir.

A primeira fase da colonização do sul encerrou-se em 1830, com o cancelamento das verbas destinadas ao agenciamento e localização de imigrantes. Apesar disso, a ocupação do Vale do Itajaí começou em 1835, um ano marcado pelo início da guerra civil (a Revolução Farroupilha) no Rio Grande do Sul, inviabilizando

3. Sobre os princípios que nortearam a colonização européia no sul do Brasil, ver Waibel (1958) e Seyferth (2008).

a introdução de colonos até seu término, em 1845. A região foi escolhida para estabelecer famílias alemãs egressas da primeira colônia estrangeira fundada em Santa Catarina em 1829 — São Pedro de Alcântara, no Vale do Maruí — com o mesmo objetivo: viabilizar a comunicação entre o litoral e o planalto, promovendo o povoamento através de linhas coloniais com gente dita “civilizada”, e resolvendo, ao mesmo tempo, o problema indígena. Em 1835 apenas o curso inferior do rio Itajaí-açu estava ocupado, nas proximidades da vila de Itajaí. Além da realocação dos alemães, o governo imperial autorizou a fundação de uma colônia belga numa área relativamente próxima à vila de Itajaí, em terras compradas por Charles van Lede. De fato, entre 1835 e 1845, foi incentivada a fundação de colônias particulares, sem ônus para o governo, mas nem a colônia belga, nem outras iniciativas ocorridas em Santa Catarina, naquele período, deram resultados satisfatórios. O governo imperial, em conjunto com os governos provinciais (aos quais foi repassado o controle de uma parte das terras devolutas), voltou a promover oficialmente a colonização depois de 1845, regulamentando também a colonização privada (obviamente controlada pelo Estado). O povoamento efetivo da parte ainda inexplorada (e coberta pela floresta) do Vale do Itajaí, na prática, começou com a fundação de uma “colônia particular” em 1850 — Blumenau — devidamente autorizada pela Assembléia Legislativa Provincial. Em 1860, o governo imperial e o governo provincial iniciaram a colonização do rio Itajaí-mirim, fundando uma colônia oficial, mais tarde denominada Brusque. Nesse mesmo ano, diante das dificuldades financeiras do seu fundador, Blumenau, passou à condição de colônia oficial. Seu fundador, Hermann Blumenau, porém, foi mantido como diretor do

empreendimento. Houve o estabelecimento de outras colônias particulares, implementadas por empresas colonizadoras formadas no estrangeiro para essa finalidade. Mas a maior parte do povoamento da região com colonos, pequenos proprietários, realizou-se através da expansão progressiva dos dois núcleos iniciais. Eles tiveram sua emancipação política assegurada na década de 1880, com a criação dos municípios de Blumenau e Brusque, e os assentamentos de imigrantes continuaram nas décadas seguintes sob controle dos órgãos estatais criados para administrar a colonização.

O Vale do Itajaí é mais conhecido como área de “colonização alemã”, mas essa suposta homogeneidade étnica só ocorreu nas primeiras décadas, pois ali também se estabeleceram outros grupos europeus de diferentes nacionalidades, principalmente italianos e poloneses. Houve predomínio numérico de alemães (o maior contingente) e italianos, com certa constância dos fluxos imigratórios até a 1ª Guerra Mundial. O modelo de colonização, imposto pelo Estado, seguiu as determinações legais. A demarcação dos lotes destinados aos colonos tomou por referência a topografia regional: ao longo dos principais cursos d’água foram abertas as “linhas” (ou picadas), e a partir delas, cada lote com dimensão aproximada de 25 hectares, num formato alongado (entre 100 e 200 metros de largura e 600 até 1.000 metros de comprimento), para garantir acesso à via de comunicação, água e pequena área de várzea, tendo em vista os terrenos acidentados e muitas vezes impróprios para a atividade agrícola. Essas linhas convergiam para uma via principal, cujo ponto de partida era o lugar do povoado, demarcado com “lotes urbanos” (segundo definição legal) destinados a comerciantes, artesãos, prestadores de serviços, administra-

ção, igrejas, escolas, etc. As cidades que hoje existem na região surgiram desse tipo de núcleo, que os colonos alemães denominaram Stadtplatz. Os geógrafos chamaram esse modelo de povoamento rural disperso em fileiras, apesar da regularidade que marcou a ocupação dos lotes (cf. WAIBEL, 1958; ROCHE, 1969). Cada colônia se expandiu a partir de um centro demarcado com “lotes urbanos”, as linhas coloniais acompanhando as margens dos rios e ribeirões, afastando-se progressivamente até chegar à parte montanhosa mais inacessível.

Essa forma de povoamento, no contexto da colonização européia, no sul do Brasil, resultou numa polarização rural-urbana bastante peculiar. A própria definição de núcleo colonial — uma área cortada por linhas (ou picadas), demarcadas em lotes, que partiam do lugar previsto para ser “urbano” — ajudou a conformar uma identidade social de colono, apropriada como coisa genérica e ao mesmo tempo única, na medida em que o “rural” e o “urbano” emergiram numa paisagem “natural”, onde ainda não existia o campo e a cidade. Este artigo aborda aspectos da formação camponesa, resultante da colonização do Vale do Itajaí, e as representações e apropriações da categoria colono, indicadora de uma identidade social multiforme, aludida ao processo histórico de ocupação territorial. Destaca-se o período do povoamento e da emergência de núcleos urbanos, entre 1850 e 1914, fonte da simbólica da identidade que fundamenta os discursos, inclusive atuais, acerca da colonização e seus pioneiros. A análise contempla algumas estratégias de reprodução social e usos de uma identidade associada a um princípio civilizador, cujas principais referências são o ethos do trabalho agregado a família e gênero, a exploração familiar da terra recebida na forma de proprie-

dade privada, a dicotomia rural/urbano, e uma dupla alusão à diferença cultural que remete a princípios de ruralidade e pertença étnica. Na prática, trata-se de uma formação camponesa transformada ao longo do tempo por mudanças sociais e culturais produzidas pela necessidade de reprodução social e pelo desenvolvimento econômico industrial dos principais núcleos urbanos, mas que, ao mesmo tempo, manteve uma certa continuidade estrutural. Nesse caso, a categoria colono, inicialmente usada com um sentido mais geral reportado à imigração, assumiu progressivamente uma condição camponesa; por outro lado, a diferenciação interna do campesinato, mas principalmente a proletarianização e seus efeitos sobre a imagem idealizada do colono unívoco, primordial, e o englobamento de uma parte do mundo rural pelo Stadtplatz, repercutiram na significação da identidade social.

Falar de uma identidade coletiva requer o enfoque nas representações que indivíduos e grupos fazem de si mesmos e dos outros. Sua afirmação por parte dos atores sociais envolve a exploração de uma imagem, muitas vezes idealizada, mas não desprovida de referências à realidade social cotidiana passada e presente. Berger e Luckmann (1976) observaram que a identidade (social) — elemento chave da realidade subjetiva — é formada por processos sociais e remodelada no âmbito das relações sociais. De certo modo, os enunciados enfatizam o universo simbólico da subjetivação e os processos históricos que engendram diferentes identidades, bem como sua natureza plural e sua importância na configuração de papéis sociais. Como observou Bourdieu (1977), ao tratar do campesinato como “classe objeto”, é preciso analisar as condições sociais de produção das categorias sociais de percepção e de representa-

ção do mundo. Nesse caso, a representação do mundo social é produto de ações de construção e reconstrução, portanto, um constante fazer e refazer em torno da realidade social objetiva.

Não pretendo estabelecer, de fato, o que constitui o campesinato formado no Vale do Itajaí desde 1850; portanto, não estão em discussão as dificuldades habitualmente relacionadas à conceitualização do camponês e da “sociedade camponesa”, principalmente num contexto de transformação social marcado pela industrialização, ensejando representações multifacetadas da categoria colono. Trata-se de olhar a representação de uma pertença comunitária, vinculada à participação num processo de povoamento, no qual a categoria de identificação é construída a partir da visão de uma história compartilhada e de valores usualmente associados à ideia de comuna e à vida rural.

Assim, o ponto de partida da subjetivação demarcadora da identidade social, reportada à colonização do Vale do Itajaí, está no passado pioneiro, objetivando a produção de uma imagem só em parte associada a um pequeno produtor rural (o camponês da parcela, ou lote colonial definido pelo Estado). No início, o termo colono, apropriado do vocábulo oficial, foi empregado como indicador coletivo de diferentes parceiros num processo de povoamento. Na prática, a própria localização dos dois primeiros povoados é um demarcador consistente da situação de “frente pioneira” ou “fronteira”, associada ao avanço da civilização⁴. Não existiam vias de comunicação terrestre na região e os núcleos de Blumenau e Brusque, que iniciaram

a ocupação, foram localizados onde os rios Itajaí-açu e Itajaí-mirim deixam de ser navegáveis. Nesse caso, as primeiras levas de imigrantes não tiveram acesso imediato aos lotes coloniais e muitos chefes de família, na condição de jornaleiros, trabalharam na abertura de estradas, picadas e serviços de demarcação.

A historiografia aponta para a existência de avaliações preliminares sobre a localização dos dois núcleos acima referidos, inclusive as viagens de reconhecimento realizados por Hermann Blumenau antes da concessão e compra das terras que viabilizaram a instalação da colônia. E, apesar da forma mais ou menos laudatória adotada por alguns historiadores da colonização ao destacar o pioneirismo associado às primeiras levas de imigrantes e às lideranças locais (caso de Hermann Blumenau e do primeiro administrador da colônia Brusque, o austríaco M. von Schneeberg)⁵, é preciso observar que as condições iniciais de localização dos colonos eram bastante precárias, dando margem à elaboração de uma imagem épica dos “pioneiros”, associada à ideia de desbravamento. De fato, os primeiros imigrantes chegaram aos locais escolhidos para estabelecer o futuro povoado em embarcações de pequeno porte, sem possibilidade imediata de acesso à terra, pois não houve demarcação definitiva, nem abertura das linhas (ou picadas de acesso) antes do ato de fundação das respectivas colônias. Sob este aspecto, a documentação produzida pelos administradores é bastante significativa: as construções para abrigar as famílias recém chegadas, os trabalhos de demarcação e abertura das linhas coloniais,

4. Nesse caso, o conceito de “frente pioneira” foi introduzida por Waibel (1958) para referir-se à colonização como uma forma de povoamento associada à expansão agrícola.

5. Ver, por exemplo d’Amaral (1950), Cabral (1958) e Silva (s/d).

e outros serviços essenciais, que deviam anteceder a distribuição dos lotes rurais, foram executados pelos futuros colonos, homens adultos, contratados por jornada, obtendo um ganho fundamental à subsistência antes da primeira colheita.

Assim o acesso à terra podia demorar meses, período em que as famílias ficaram precariamente alojadas em ranchos na sede da colônia, e cuja subsistência dependia dos comerciantes estabelecidos, aos poucos, na região. A maior parte daqueles que monopolizaram o comércio, as atividades de beneficiamento de produtos coloniais, e o transporte de mercadorias, eram imigrantes que, no início, identificaram-se como colonos. Esse perfil inicial, mais geral, do colono, estava associado ao ideal de comuna que marcou os discursos de algumas lideranças, reforçado por atos de repercussão simbólica quando se trata de conformar aquela identidade social de característica primordial. A primeira distribuição de lotes na colônia Blumenau é um bom exemplo. Ela ocorreu muitos meses depois do evento fundacional (a chegada dos primeiros imigrantes) e, na ocasião, Hermann Blumenau, também identificado pela categoria *Kolonieunternehmer* (empresário da colônia), recebeu o lote nº 1 na condição de “primeiro colono”, conforme registro de um dos seus biógrafos (FOUQUET, 1999). A ideia de uma comuna igualitária, por sua vez, aparece na correspondência com familiares e outros escritos datados do início da colonização, onde procura mostrar que vive na mesma penúria dos demais colonos, mas, como idealista, vislumbra um futuro melhor para seus compatriotas emigrados.

Na conjuntura inicial, a categoria colono não designa apenas o pequeno produtor agrícola, proprietário de um “lote rural”, dada

a ênfase no compartilhamento de um processo de ocupação territorial, em condições precárias delineadas por historiadores locais (a partir da documentação oficial), nos escritos de natureza mnemônica legados por imigrantes e seus descendentes (publicados ou disponíveis nos arquivos públicos e particulares), e na literatura ficcional (contos, romances, poesia) que focaliza os “pioneiros” e seu trabalho árduo de construção de uma nova pátria no Brasil. Essa noção de compartilhamento de uma história comum, portanto, tem fontes bem precisas que permitem sua apropriação no tempo presente, mas também evidenciam a elaboração de uma identidade reconhecida pelo Estado, dado seu significado de fixação (definitiva) no território nacional.

A simbólica da identidade, em primeiro lugar, ajusta-se à vinculação entre colonização e imigração, estabelecida pelo próprio Estado, afirmando a diferença em relação aos brasileiros; e, em segundo lugar, baseia-se sobretudo num ethos do trabalho, cuja ênfase recai na atividade agrícola e na superação das dificuldades próprias da situação colonial. No primeiro caso, emerge o etnocentrismo que, associado aos subsistemas culturais formados em áreas de colonização, transforma uma categoria social em elemento consoante às identidades étnicas — um assunto que analisei em outro texto (SEYFERTH, 1993). A dimensão étnica, portanto, não será abordada no presente trabalho, apesar da sua importância na conformação das identidades advindas da imigração.

No segundo caso, relacionado ao contexto pioneiro, a definição pelo trabalho iguala o morador da linha colonial e o habitante do *Stadtplatz*, empenhados no desenvolvimento de um projeto comum de colonização, num passado em que a diferenciação social era (pelo

menos na aparência) menos evidente. Os imigrantes que chegaram ao Vale do Itajaí tinham diferentes profissões no país de origem, em sua maioria agricultores e artesãos. Poucos vieram com recursos suficientes para manter a família até atingir certo grau de produtividade, coisa evidenciada pela necessidade de venda dos lotes a prazo (com incidência de juros), assumindo a “dívida colonial” com o Estado (nas colônias oficiais) ou com as empresas de colonização (nas particulares). Esse fato, e também a padronização dos lotes (em cerca de 25 hectares), que vigorou a partir de 1850, característica mais evidente daquela formação camponesa, não produziram diferenciação significativa só observável entre os colonos cujas propriedades estavam situadas em áreas mais acessíveis, próximas aos povoados.

O termo colono, como denominador comum, abarcava um conjunto heterogêneo de indivíduos originários de diferentes camadas sociais (no país de origem), e isso tem relação com a polarização rural-urbana inicial, num território onde dominava a natureza. Na definição dos dois pólos (oficializada na legislação, inclusive na República) __ povoado e linhas coloniais __ fica evidente a dicotomia pois o imigrante, localizado no lote rural, não deveria residir na área demarcada para a futura cidade, passando a integrar uma comunidade de vizinhos da mesma linha. No “espaço da cidade” (tradução para o termo *Stadtplatz*), ficaram imigrantes com capital cultural e/ou econômico, ou com formação profissional. Alguns começaram sua

trajetória de ascensão como proprietários de lote rural, explorando (em uma ou mais linhas) o beneficiamento da produção e o pequeno comércio⁶. Outros fixaram-se diretamente na área “urbana”, como comerciantes, prestadores de serviços, ou exercendo atividades artesanais, bastante destacadas na historiografia, por sua importância no processo de crescimento econômico/industrial. Ali também ficava a administração, responsável pela concessão das terras, pela contratação e pagamento dos colonos que atuavam como jornaleiros na demarcação e abertura de linhas, e onde se iniciava a tramitação dos pedidos de regularização da propriedade do lote, etc. Nos primórdios, as sedes das colônias também concentravam a assistência religiosa, os serviços de saúde e as escolas primárias. Nesse contexto, a percepção mais geral da condição pioneira determinou a auto-atribuição de uma identidade aludida ao povoamento e, de certo modo, ao enfrentamento de uma natureza bela, porém inóspita, e não propriamente a uma inserção rural.

Para os habitantes do *Stadtplatz*, ser colono pioneiro representava privação, mas também a construção de uma nova vida comunitária num ambiente primitivo. A privação era associada à falta de vida cultural e espiritual, ao isolamento no seio da floresta e aos problemas de abastecimento que exigiam uma horticultura para consumo familiar, fato que aumentava a carga de trabalho das mulheres que, no país de origem, pertenciam à classe média. Tem destaque, portanto, um trabalho que excede

⁶ A diferenciação interna tem duas causas principais: a renda adicional das famílias que puderam operar engenhos, atafonas ou serrarias em seus lotes, atendendo também a demanda de vizinhos da mesma linha colonial; e a prática do comércio em pequena escala por indivíduos que também exploravam um lote, mas integrando uma rede com os comerciantes dos povoados em formação. Cf. Seyferth, 1974.

o da simples dona de casa numa unidade doméstica, presuntivamente urbana, com alguma produção agrícola para o consumo familiar. O lado positivo dessa condição diz respeito ao sucesso da colonização, articulada ao desenvolvimento econômico e urbano, e à consolidação de uma vida recreativa e cultural __ portanto, referida à sociabilidade. O percurso contido nas representações sobre os tempos pioneiros vai da privação absoluta no meio da floresta ao sucesso pelo trabalho (às vezes interpretado como qualidade étnica), em que a natureza é substituída pela civilização e progresso⁷.

A identidade do colono das linhas, por sua vez, tem relação direta com o modo precário dos assentamentos na fase pioneira e a própria formação camponesa refletida na organização comunitária e no ethos do trabalho familiar. Como já foi dito, para abertura de vias de comunicação, a demarcação das terras, e outros serviços públicos, as administrações coloniais empregavam imigrantes contratados por jornada. O povoamento do território adentrou o século XX e, mesmo depois da concessão dos lotes, muitos colonos buscaram esse tipo de trabalho acessório como forma de complementar a renda. A dupla ocupação tinha como corolário aumentar a carga de trabalho dos outros membros da família.

A concessão da terra, na forma predefinida pelo Estado, tinha caráter familiar,

observável, inclusive, nas listagens de cada leva de imigrantes onde constam poucos solteiros, às vezes agregados a alguma família. De certa forma, isso configura um (tipo de) campesinato que se coaduna com certos princípios teóricos cuja referência é principalmente econômica, enfatizando a pequena propriedade agrícola trabalhada pela família e sua característica de unidade básica de produção, consumo e vida social. Destaca-se a relação específica com a terra, a estrutura ocupacional derivada da simbiose entre o domínio doméstico e a produção para o mercado, e o caráter próprio da produção agrícola associado ao ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. A unidade familiar e a aldeia são os elementos básicos de interação social⁸. Na situação de assentamento no lote, a divisão (familiar) do trabalho estava longe das condições ideais de produção, pois a realização do primeiro plantio dependia da derrubada da mata e da construção da moradia. Por outro lado, o que viria a ser a “comunidade” __ a linha colonial __ estava em formação, dificultando a solidariedade de vizinhança. Depoimentos dessa época destacam o trabalho penoso da derrubada da floresta, usando o que alguns estudiosos da colonização chamaram de tecnologia primitiva do caboclo (cf. WAIBEL 1958), a primeira moradia precária e, principalmente, a subversão do trabalho feminino, em parte associada à ausência dos homens.

7. Tais representações aparecem nos escritos produzidos por alguns desses “colonos urbanos”, ou por viajantes de passagem pela região, publicados ainda no século XIX. Cartas, memórias, biografias e outros relatos voltados ao passado tem sido resgatados por descendentes e publicados como testemunhos de um passado difícil e sua superação. Junto com as obras de ficção, tem certo impacto na simbólica atual que embasa as identidades reportadas à imigração. Ver Huber (1993), Seyferth (2005) e, na perspectiva de gênero, Renaux (1995).

8. Essa é uma discussão iniciada nas décadas de 1960/70, que mantém sua atualidade. Ver as coletâneas organizadas por Shanin (1971), Firth e Yamey (1964), além de Chayanov (1966) e Tepicht (1973).

A trajetória de uma família de imigrantes alemães, narrada por um dos seus integrantes, é um bom exemplo das condições iniciais de localização na colônia Blumenau, e sua repercussão nas representações da categoria de identificação. A família Kleine desembarcou na sede da colônia em 1856, portanto, seis anos depois da fundação do núcleo. O texto de Karl Kleine tem o título “Blumenau Einst: Erlebnisse und Erinnerungen eines Eingewanderten” (“Blumenau de ontem: experiências e recordações de um imigrante”), com excertos publicados na revista Blumenau em Cadernos (no contexto dos festejos dos 150 anos de fundação, em 2000). São memórias de infância pois o autor era um adolescente quando chegou com os pais e um irmão ao lugar chamado Stadtplatz na condição de colono. Na Alemanha o pai era administrador de uma propriedade rural, mas não possuía muitos recursos quando decidiu emigrar.

O primeiro estranhamento expressado nesse memorial diz respeito às condições do povoado: ali viu apenas casebres, às vezes inacabados — a melhor construção era a casa da administração — e o abrigo para os recém-chegados (onde aguardariam, até adquirir o lote colonial) construído de troncos de palmeiras. Destaca a solidariedade recebida nessa “casa de recepção” durante o período de espera, mas também os problemas do abastecimento (pois nem sempre os mantimentos chegavam até as incipientes casas de comércio locais), as doenças contraídas no abrigo coletivo (provocadas por comida estragada, insetos, as novas condições climáticas, etc), e as dificuldades do pai para

vender uns poucos objetos trazidos e assim amealhar algum dinheiro para adquirir um lote bem localizado. Sobre esse início difícil, o autor é enfático:

Muitas semanas decorreram antes que meus pais pudessem mudar-se para sua primeira casa na nova pátria. Enquanto isso tivemos de suportar todo o sofrimento no rancho, dos emigrantes. A isso se somavam as preocupações diárias com o sustento, pois cada tostão do pouco dinheiro que lhe restava, precisava ser bem dividido⁹.

Dessa forma, descreve uma situação comum em áreas coloniais, também registrada na documentação oficial pelos administradores, acrescentando informações sobre a (incômoda) presença indígena, os encontros nem sempre pacíficos entre índios e colonos, e os 20 guardas armados que faziam a segurança da colônia na condição de “caçadores de bugres”. Tal referência reforça as representações sobre o pioneirismo no tempo presente, tanto quanto a peripécia da conversão de emigrante para colono “na selva”.

O pai comprou seu lote numa linha onde havia apenas três famílias (igualmente recém-chegadas), sem conhecer as condições locais de plantio da roça, numa situação onde era preciso primeiro derrubar a “floresta virgem” e construir uma casa. Descreve, então, as dificuldades da derrubada para a primeira roça, a primeira casa construída com troncos

9. O memorial de Karl Kleine foi publicado em partes na revista Blumenau em Cadernos, tomos XLI (11/12) e XLII (1/10). Esta citação encontra-se no Tomo XLII (3/4), p. 9.

de palmeira, que, segundo seus termos, estava longe de ser um verdadeiro lar, a utilidade do encontro (anterior) do pai com um dos primeiros pioneiros, que lhe deu instruções úteis para um principiante no Brasil.

Sobressaem no texto a morada tosca, o desconforto, a privação e o trabalho duro de homens, mulheres e crianças (e, obviamente, a saudade da pátria). Mas o que interessa distinguir, configurando uma formação camponesa, não é tanto a fragilidade da família na “situação pioneira”. Ao tratar da exploração do lote, o texto de Kleine dá informações sobre a prática da policultura, desde o início voltada para a subsistência e o comércio, a divisão familiar do trabalho e, principalmente, as atividades exercidas pelos homens, alhures, dando contornos bem precisos da formação camponesa. Resumindo, todos os membros da família precisavam trabalhar na roça¹⁰, mas chama a atenção para a jornada particularmente penosa da colona __ no caso, sua mãe __ numa distinção de gênero que mostra a mulher assumindo tarefas masculinas. Assim como outros colonos, o pai de Karl Kleine procurou um trabalho como diarista (ou jornaleiro) fora da sua “colônia”¹¹, para obter uma renda adicional necessária à subsistência. Assim, um colono podia encontrar trabalho (pago por jornada) nos moinhos e serrarias existentes em áreas próximas ao seu lote (pertencentes a colonos dedicados a essa atividade, ou a comerciantes), na abertura de

estradas e picadas, e demarcação de lotes. O pai de Karl Kleine trabalhou como “puxador” (de bois) num moinho não muito distante da sua propriedade; e ele próprio, depois do casamento e da aquisição da sua própria colônia, ficava longos períodos ausente, trabalhando naquele serviço público. Kautski (1968), no seu estudo sobre a questão agrária na Alemanha, na virada para o século XX, chamou a atenção para essa característica do campesinato, que denominou “trabalho acessório”, mais comum na situação de escassez de terras e nos contextos de transformação social produzidos pela relação dos camponeses com a indústria. No caso da colonização do Vale do Itajaí, o trabalho acessório descrito por Kleine foi necessário para a subsistência até contar com as primeiras colheitas e o funcionamento pleno da unidade familiar, mas serviu principalmente para pagar a dívida contraída no ato da concessão da terra. O fato adicional do trabalho penoso tem um adendo na comparação que o colono Kleine faz com a Europa. Segundo seus termos, o colono nunca está em dia com suas tarefas porque necessita plantar e colher durante o ano todo, enquanto na Europa o camponês pode descansar no inverno. Certamente o camponês europeu não passava o inverno “descansando”, mas a perenidade de plantios e colheitas, aparentemente sem a perspectiva sazonal no novo contexto, dava um certo respaldo ao ethos de trabalho (penoso) valorizado pelos colonos.

10. O autor usa a palavra roça no original, designando a área cultivada do lote. Não é uma apropriação simples do termo nativo pois envolve a técnica da coivara, adotada pelos colonos após o desmatamento e o plantio sem o recurso do arado.

11. A palavra colônia tem mais de um significado: refere-se ao núcleo colonial como uma totalidade englobando também o povoado; com o crescimento urbano passou a designar a área rural (em oposição à cidade); e, num sentido mais restrito, o lote rural passou a ser chamado de “colônia”.

A imagem da colonização produzida nesse tipo de publicação contribuiu para dar contornos épicos à vida de diligentes colonos na selva, com repercussão nas concepções atuais da identidade social que também enfatizam a dupla jornada como parte intrínseca da condição camponesa. O que se observa, ainda, no memorial de Kleine, além da selva onipresente e da situação quase miserável dos “pioneiros”, é o desdobramento – obviamente a partir de um ethos de trabalho familiar – para a abundância e o progresso em toda a região. Na representação progressista, mesmo o mais pobre dos colonos está protegido da escassez pelo trabalho; por outro lado, depois de idas e vindas na atividade de desbravador da floresta (o trabalho de demarcação nas novas colônias surgidas na direção das nascentes do rio Itajaí-açu) observa que, aos poucos, as cabanas de troncos de palmeira foram substituídas por moradias bonitas e sólidas, inclusive nas propriedades rurais, os caminhos estavam mais transitáveis, multiplicavam-se os moinhos e serrarias, surgiram as primeiras escolas primárias nas linhas, e no Stadtplatz (no caso, a referência é Blumenau) prosperava a atividade comercial, a circulação de mercadorias, despontaram as associações culturais e esportivas, as cooperativas, as oficinas, etc. Enfim, os colonos povoadores haviam superado a natureza, produzindo a civilização.

O modelo de colonização bem sucedida, subjacente à identidade social, vai além dessa concepção de progresso, pois nela é ressaltada também a industrialização a partir da atividade artesanal familiar. Kautski (1968) mostrou a relevância do artesanato doméstico nos meios camponeses europeus, combinado com a atividade agrícola, nas regiões onde existe escassez de terras. Observou que a pequena exploração

camponesa só subsistiu associada a algum tipo de artesanato ou trabalho acessório. Essa estratégia de reprodução social, evidenciada empiricamente nas memórias de Kleine, foi (e ainda é) bastante comum no Vale do Itajaí e pode ser considerada uma característica própria dessa formação camponesa. Nas listagens oficiais dos imigrantes assentados nas linhas coloniais pode ser observado, no registro profissional, que nem todos eram agricultores, ou assim se identificavam. Havia entre eles carpinteiros, marceneiros, curtidores, sapateiros, charuteiros, moleiros, oleiros, serralheiros, seleiros, ferreiros, funileiros, etc., e suas atividades nas linhas (portanto, nas propriedades rurais) e nos povoados figuram nas estatísticas de produtividade incluídas nos relatórios das administrações coloniais. Por outro lado, proliferaram na região as pequenas cervejarias, fábricas de conserva, alambiques, moinhos, cortumes, fecularias, fábricas de móveis, etc., de perfil familiar e com poucos assalariados.

O crescimento dessas atividades coincidiu com a urbanização dos povoados. Na dimensão rural eram consideradas parte das ocupações da família, tanto quanto o trabalho na roça e o trato dos animais domésticos, ajudando a compor uma imagem plural de colono bem sucedido, “forte” conforme as representações mais atuais da identidade (cf. SEYFERTH, 1993). Alguns pequenos empreendimentos localizados em área urbana, ali estabelecidos quase sempre por colonos que desistiram da agricultura familiar, tiveram papel secundário no processo de industrialização. A grande indústria, cujas origens remontam à década de 1880, porém, não tem origem no artesanato conforme a visão mais laudatória do senso comum e de muitos estudiosos da imigração. A industrialização foi obra dos empresários que enriqueceram no co-

mércio (portanto, na relação econômica com os colonos estabelecidos nas linhas), formando principalmente um parque têxtil que atraiu a mão de obra excedente do campesinato¹². Aí entra em cena a proletarização de uma parcela dos colonos, iniciada quase meio século depois da fundação da primeira colônia, quando os principais povoados já haviam recebido a designação oficial de vilas (obtida no ato de emancipação política – a criação dos municípios na década de 1880) e, logo depois, de cidades. O crescimento urbano, portanto, tem relação com a indústria e a conseqüente demanda de mão de obra, atraída dos meios rurais.

A disponibilidade de emprego industrial, junto com o surgimento da cidade e, por outro lado, a continuidade da colonização na área até o início do século XX e, depois, alhures (ou, mais precisamente, no planalto catarinense e paranaense), deram margem à resignificação da identidade social, mantendo sua vinculação ao “pioneirismo” (que permitiu sua apropriação por cidadãos).

Os limites deste artigo não permitem um aprofundamento etnográfico da diversidade atual e passada desse campesinato formado num processo de colonização dirigida (pelo Estado). De fato, os múltiplos significados do termo colono, inicialmente apropriado como identidade unívoca, resultam das transformações sociais ocorridas no Vale do Itajaí a partir do crescimento urbano e da industrialização. Tam-

bém tem relação com o reavivamento das etnicidades (próprias dos contextos imigratórios) nas últimas décadas a partir da multiplicação das festas (inclusive de apelo turístico), comemorações, encontros de famílias, e das publicações de relatos como o de Karl Kleine, fenômeno acompanhado por críticas à campanha de nacionalização do Estado Novo¹³.

Como categoria única, no passado e no presente, o termo colono identifica o pioneiro referido ao processo histórico de colonização, com seu referencial de progresso e civilização. Nesse sentido, a maioria dos descendentes consegue traçar sua genealogia a partir de um pioneiro na selva (camponês ou não) – o que remete à vinculação entre colonização e imigração. O pioneirismo entra nessa equação como corolário de um ethos do trabalho, numa representação que tem como premissa o percurso desde os povoados de casebres (evocados por Kleine a partir da realidade blumenauense de 1856) até o presente de prosperidade urbana e rural. A figura do pioneiro continuou onipresente durante boa parte do século XX, inicialmente nos limites da ocupação do Vale do Itajaí, quando colonos da 2^a ou 3^a geração garantiram sua reprodução social camponesa nos novos núcleos coloniais, e depois na migração para novas frentes de expansão no oeste do Paraná e Mato Grosso. Isso aponta para a importância estrutural da migração nesse universo de pequenas propriedades que, sem o deslocamento de uma

12 Sobre o processo de industrialização e sua vinculação ao comércio, ver MAMIGONIAN (1965) e SEYFERTH (1974). A visão mais laudatória pode ser observada nas publicações comemorativas e na obra de alguns historiadores (cf. SILVA, s/d; AMARAL, 1950).

13. Entre 1937 e 1945, o Governo Vargas impôs um processo de assimilação forçada, visando o “abrasileiramento” de imigrantes e descendentes, nos cânones da formação luso-brasileira da nação. O vale do Itajaí, considerado um dos piores “quistos étnicos” do país, sofreu, inclusive, intervenção militar com essa finalidade, atropelando os direitos de cidadania e as liberdades individuais.

parte dos filhos para outras ocupações ou para novas frentes agrícolas, tornaria inviável a exploração familiar camponesa. Na simbólica da identidade sempre existe um pioneiro, no passado (quase sempre) ou noutra lugar. O ethos do trabalho nela evocado apela ao esforço empreendido para domar a natureza com equipamento simples, sacrificando todos os membros da família, particularmente as mulheres e as crianças.

Finalmente, não é simples explicar o colono múltiplo, no sentido de uma identidade comum com muitas referências, e que exprime as maneiras de ser de diferentes segmentos da população rural, e os usos eventuais da memória por outras categorias sociais, urbanas. Nesse último caso, o passado da imigração/ colonização é acionado e o discurso identitário recorre ao pioneirismo em certas situações sociais (festas e comemorações, por exemplo), designando um colono que, de certa forma, é destituído da ruralidade, incômoda para o cidadão, e localizado no Stadtplatz.

Na dimensão estritamente rural, a categoria colono está irremediavelmente associada a uma condição camponesa, mais precisamente, à agricultura praticada pela família, inclusive no sentido mais diminuto da produção para consumo doméstico. As representações da identidade, porém, mostram que as adjetivações categóricas levam em conta a proletarização, ou aquilo que no passado pioneiro consistia no trabalho acessório – dupla ocupação até hoje valorizada por causa da diminuição das propriedades agrícolas. Atualmente, são poucas as propriedades com o tamanho padrão de um lote colonial, coisa que identifica o “colono forte” (cf. SEYFERTH, 1993), mas não significa a existência de renda diferenciada em relação àqueles que precisam da dupla ocu-

pação. Na verdade, a proximidade do mercado de trabalho urbano, numa região com muitas cidades médias e pequenas, permite que camponeses proletarizados permaneçam no meio rural (ou na colônia, para usar a palavra chave nesse caso), quase sempre mantendo uma horta ou animais (porcos, galinhas, vacas leiteiras) para consumo da família.

A mudança social na colônia remete à discussão teórica sobre dupla ocupação, proletarização e outras referências problemáticas que parecem anunciar o fim do campesinato. Mas a auto-imagem, trazida pelos usos da identidade social, valoriza justamente a tradição camponesa da colonização e uma dimensão cultural que exprime um modo de vida comunitário, num discurso em que se destacam referências à subsistência, policultura, dupla jornada (como colonos e assalariados), auto-suficiência (alimentar), solidariedade entre iguais, trabalho familiar, etc. Nessa objetivação, a identidade se manifesta por oposição aos cidadãos, estabelecendo um limite entre campo e cidade, apesar da dificuldade de predeterminar uma divisão territorial objetiva. As distinções internas, referidas às diferentes ocupações dos membros de cada unidade doméstica, ao tamanho das propriedades e também a imigração – pois a adjetivação inclui um componente de natureza étnica, portanto, existem colonos “alemães”, “italianos”, “poloneses”, etc. – não repercutem na concepção do colono unívoco e sua ruralidade. Os colonos múltiplos, e as características relacionais e situacionais desse fenômeno identitário, tem visibilidade no cotidiano, mas, no curso das transformações sociais que produziram diferentes significados para um termo associado primordialmente à colonização estrangeira, sobressaem as duas formas mais gerais de inclusão contidas na identidade

coletiva e vinculadas respectivamente ao passado compartilhado por todos e à dualidade rural/urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, MAX T. D. Contribuição à história da colonização alemã no Vale do Itajaí. São Paulo, Instituto Hans Staden. 1950.
- BERGER, PETER E LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. 3ª Ed. Petrópolis, Vozes, 1976.
- BOURDIEU, PIERRE. Une classe objet. Actes de La Recherche em Sciences Sociales, 17/18, Paris, 1977, p 2-5
- CABRAL, OSWALDO R. BRUSQUE. Subsídios para a história de uma colônia nos tempos do Império. Brusque, Ed. da Sociedade dos Amigos de Brusque, 1958.
- CHAYANOV, ALEKSANDR V. The theory of peasant economy. Homewood, Ill. American Economic Association, 1958.
- FIRTH, RAYMOND E YAMEY, B. S. (Eds.). Capital, Saving and Credit in Peasant Society. Chicago, Aldine, 1964.
- FOUQUET, KARL. Vida e obra do Dr. Blumenau. Blumenau em Cadernos, XL (10), 1999, p.7-102
- HUBER, VALBURGA. Saudade e Esperança. Blumenau, Ed. FURB, 1993.
- KAUTSKI, KARL. A questão agrária. Rio de Janeiro, Ed. Laemmert, 1968.
- MAMIGONIAN, ARMEN. Estudo Geográfico das indústrias de Blumenau. Revista Brasileira de Geografia, ano XXVII, nº 3, Rio de Janeiro, 1965, p.389-481
- RENAUX, MARIA LUIZA. O papel da mulher no Vale do Itajaí (1850-1950). Blumenau, Ed. FURB, 1995.
- ROCHE, JEAN. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Ed. Globo, 2 vols, 1969.
- SEYFERTH, GIRALDA. A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim. Porto Alegre, Ed. Movimento / SAB, 1974.
- _____. Identidade camponesa e identidade étnica. Anuário Antropológico, 91, Rio de Janeiro, 1993, p.31-63.
- _____. Cartas e narrativas biográficas no estudo da imigração. Estudos Migratórios. Perspectivas Metodológicas. São Carlos, Ed. UFSCar, 2005, p.13-51
- _____. Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no sul do Brasil. In: Neves, Delma P. (org.). Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil. Vol. II. São Paulo, Ed. UNESP; Brasília, NEAD, 2008, p.39-63.
- SHANIN, THEODOR (Ed.). Peasants and Peasant Societies. Middlesex, Penguin Books, 1971.
- SILVA, JOSÉ FERREIRA DA. História de Blumenau. Florianópolis, Edeme, s/d.

TEPICHT, JERZY. Marxisme et agriculture.
Paris, Armand Colin, 1973.

WAIBEL, LEO. Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1958.